



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2013
(Do Sr. Amauri Teixeira e da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para discutir os direitos humanos e a reestruturação da carreira dos Policiais Militares do Distrito Federal.

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de discutir is direitos humanos e a Reestruturação da Carreira dos Policiais Militares do Distrito Federal. Posteriormente, encaminharemos a esta Comissão a relação de pessoas a serem convidadas para debaterem o tema. Para tanto, deverão ser convidados as seguintes autoridades:

- I) Maria do Rosário Nunes - Ministra da Secretaria de Direitos Humanos;
- II) Sandro Avelar - Secretário de Segurança do Distrito Federal;
- III) Coronel Joosiel de Melo Freire - Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal –
- IV) Carlos Alberto David dos Santos - Chefe do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das PMS;
- V) Luiz Eduardo Soares - Antropólogo, escritor e ex-secretário nacional de segurança pública; e
- V) Sargento Roner Gama – Associação Rede Democrática PM-BM-RD

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento geral que a profissão de policial e bombeiro militar envolve uma série de riscos específicos, além de constantes aprimoramentos das técnicas e táticas de trabalho exigidas pelos desafios diários dessa profissão. A exigência de ingresso em qualquer das carreiras é de nível superior e os profissionais são submetidos a regime disciplinar diferenciado, mais rígido, portanto, em relação às demais carreiras de segurança pública.

Consolidar uma proposta de carreira única com o objetivo de se instituir uma polícia mais eficiente para a sociedade perpassa, necessariamente, pela construção de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

um plano de carreira justo e que tenha como foco a ascensão profissional sem óbices, a equivalência salarial com os demais órgãos de Segurança Pública do DF, além do reconhecimento da carreira como de Nível Superior.

Outro ponto relevante é discutir mecanismos para a efetivação das Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, a partir do trabalho conjunto da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça, com o intuito de estabelecer mecanismos para estimular e monitorar iniciativas que visem à implementação de ações para efetivação destas diretrizes em todas as unidades federadas, respeitada a repartição de competências prevista no art. 144 da Constituição Federal de 1988.

Isto posto formulamos o presente Requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, de 2013.

Erika Kokay
Deputada Federal – PT/DF

Amauri Teixeira
Deputado Federal – PT/BA